



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
Ata da 152ª reunião, realizada em 21 de agosto de 2026

1 Em 21 de agosto de 2026, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos
2 (CERH), em sessão presencial realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
3 Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o
4 presidente Lyssandro Norton Siqueira e o presidente suplente Marcelo da Fonseca, representantes da SEMAD;
5 Representantes do Poder Público: Ângelo Luiz Rezende, da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult);
6 Luciana Barbosa da Silva, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Marcelo Bahia Cantella,
7 da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Vitor Takahashi Rosa, da Secretaria de Estado de Governo (Segov);
8 Carlos Eduardo Sales Alves Filho, da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra); Elaisa
9 Teixeira de Jesus Mamede, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Leonardo Castro Maia, do Ministério Público
10 do Estado de Minas Gerais (MPMG); Representantes dos Municípios: Vitor de Andrade Coelho, da Prefeitura de
11 Betim; Luiz Antônio Garcia, da Prefeitura de Mantena; Flaminio Guerra Guimarães, da Prefeitura de Nova Era;
12 Gustavo Alvarenga Rodrigues, da Prefeitura de Lavras; Géssica Pereira Santana, da Prefeitura de Taiobeiras;
13 Representantes de Usuários de Recursos Hídricos: Renato Junio Constâncio, da Companhia Energética de Minas
14 Gerais (Cemig); Thiago Henrique Alves da Cruz, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa);
15 Guilherme da Silva Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Patrícia
16 Sena Coelho Cajueiro, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Maria de Lourdes Pereira
17 dos Santos, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas, da Associação
18 Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Jadir Silva de Oliveira, da Associação das Indústrias
19 Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig); Representantes de Entidades da Sociedade Civil: Ana Paula Randazzo
20 Baroni Valadares, da Associação para a Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (Promutuca); Mauricio Nicolau de
21 Assis Bertachini, da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas - Núcleo Minas Gerais (Abas/MG); Valter Vilela
22 Cunha e José Nelson de Almeida Machado, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes).
23 **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Presidente Lyssandro Norton Siqueira: “Bom dia a todos e todas. Sejam todos
24 muito bem-vindos ao nosso Centro Mineiro de Referência em Resíduos. É uma estrutura do Sistema Estadual de
25 Meio Ambiente, que nós salvamos, dentro de uma lógica que é republicana de relação com outro ente federado.
26 Mas justamente por isso, antes de qualquer coisa, eu gostaria de agradecer a equipe que administra o Centro
27 Mineiro. Muito obrigado pela situação impecável que encontramos. E também colocar à disposição de toda a
28 sociedade civil, de todas as entidades públicas, para que possamos ter esse equipamento público como um espaço
29 da sociedade mineira, um espaço que seja ativo, que seja efetivamente utilizado. Gostaria antes de qualquer coisa
30 também até de me penitenciar pelas minhas sucessivas ausências. E neste momento agradecer ao Marcelo por
31 sempre me representar aqui também, não só pela qualidade técnica, que é muito melhor, mas também pela
32 calma, pela paciência, que é muito melhor também do que a minha. Mas as minhas atividades têm me levado
33 para vários lugares e vários temas quase ao mesmo tempo. Então, em razão disso, peço perdão a todos os
34 conselheiros pelas minhas ausências. E o meu compromisso é de estar mais presente nas nossas discussões
35 relacionadas aos recursos hídricos. É só uma abertura inicial. Vou permanecer aqui nesta manhã com vocês. Uma
36 ótima reunião para todos nós. Muito obrigado.” **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o
37 Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Não houve comunicados. **4) COMUNICADO DA**
38 **SECRETARIA EXECUTIVA.** Não houve comunicados. **5) EXAME DA ATA DA 151ª REUNIÃO.** Aprovada por
39 unanimidade a ata da 151ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, realizada em 15 de
40 julho de 2026. Registradas abstenções da Prefeitura de Nova Era, da Prefeitura de Mantena e do MPMG.
41 Justificativas de abstenções. Conselheiro Flaminio Guerra Guimarães/Prefeitura de Nova Era: “Eu vou me abster
42 por não estar presente na reunião.” Conselheiro Luiz Antônio Garcia/Prefeitura Municipal de Mantena: “Eu vou
43 me abster por não estar presente na reunião.” Conselheiro Leonardo Castro Maia/MPMG: “Eu vou me abster pela
44 mesma razão.” **6) RELATÓRIO MARCO ZERO DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS**

45 **2026/2045. Responsável: Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos (GPLAN/IGAM).** Presidente Marcelo
 46 da Fonseca: “Hoje, como todos os senhores perceberam, a nossa pauta está vinculada ao Plano Estadual de
 47 Recursos Hídricos. E diferentemente de todas as nossas reuniões, que são realizadas preferencialmente virtual,
 48 nesta nós tomamos a decisão de fazê-la presencial, pela relevância do tema, a importância da interação com os
 49 senhores nessa etapa que já é a fase final, a reta final do nosso Plano. E hoje nós teremos uma reunião um pouco
 50 diferente. Nós teremos então agora, na sequência, a apresentação pela equipe do IGAM dos itens 6, 7, 8 e 9. E na
 51 sequência nós interromperemos a nossa reunião para fazer uma dinâmica com os conselheiros para que possamos
 52 trabalhar o Plano de Ações e o Manual. Então é um momento em que cada um dos senhores poderá participar,
 53 contribuir, sugerir para a inclusão, retirada, aperfeiçoamento das ações, que foram elaboradas de forma
 54 colaborativa com todos os atores do Sistema. Então a metodologia – o Allan e a Nádia vão apresentar para os
 55 senhores – foi uma metodologia que vem sendo construída ao longo dos últimos anos. Nós também tomamos a
 56 decisão de não fazer isso por meio de uma consultoria, como na maioria das vezes é feita, porque tivemos muitos
 57 problemas com as últimas consultorias, os resultados não atendiam o que esperávamos. E a nossa equipe ganhou
 58 expertise, nesses últimos anos, na condução de outros instrumentos. Nós tomamos a decisão e hoje temos a
 59 certeza de que foi a decisão mais assertiva que nós tomamos, porque estamos conseguindo entregar no prazo
 60 combinado e na qualidade muito superior ao que teríamos com qualquer outra consultoria que trouxesse para
 61 nós. Então essa é a forma que vamos conduzir a reunião. Desde já, eu queria agradecer ao Allan, à Nádia e a toda
 62 a equipe pela condução do trabalho e a todos os conselheiros e todas as instituições que compõem o nosso
 63 Sistema, que participaram ativamente dessa elaboração. Vocês vão ver que tem contribuições de todos os setores
 64 dentro do nosso processo, ações com responsabilidades para diversos atores, tanto do governo quanto da
 65 sociedade civil, de todos os setores. Então está muito rico o nosso material. Eu queria convidar o Alan e a Nádia,
 66 que vão conduzir as nossas apresentações.” Allan de Oliveira Mota/IGAM: “Antes de começar a apresentação,
 67 primeiro agradecer a presença de todos vocês, mas vou pedir o favor que vocês venham até aqui na frente para
 68 aproveitar para tirar uma foto do início do evento... Bom dia, novamente. Agradeço a todos pela foto. Desde 2022,
 69 o IGAM assumiu essa responsabilidade de conduzir de forma diferente a elaboração do Plano Estadual de
 70 Recursos Hídricos. E é uma condução junto com todos os entes do Sistema de Gerenciamento de Recursos
 71 Hídricos. Não é um plano da Geplan, não é um plano do IGAM, não é um plano da SEMAD. É um plano feito por
 72 todos os entes e para os entes do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Nós tivemos inúmeras oficinas,
 73 reuniões, capacitações sobre o Plano Estadual ao longo desses cinco anos. Vocês participaram, na última reunião
 74 que nós tivemos no Conselho Estadual presencial, na Rodoviária, onde fizemos uma oficina 360, onde vocês
 75 tiveram a oportunidade de se avaliar dentro do Sistema e avaliar todos os demais entes. Essa mesma oficina nós
 76 fizemos com todos que compõem o Sistema. Também fizemos reuniões com todos os Comitês de Bacia durante
 77 os encontros nacionais dos Comitês de Bacia. Somos o único Estado a realizar reuniões com todos os seus Comitês
 78 nas três últimas edições. Já temos a previsão de fazer este ano novamente, com essa etapa final do Plano Estadual.
 79 Fizemos reuniões setoriais. Em abril de 2025, foram mais de dez reuniões, com vários setores, para entender um
 80 pouco melhor os nossos desafios, entender desde a parte de diagnóstico e prognóstico. E agora nós chegamos às
 81 etapas do Plano de Ação de Recursos Hídricos. Hoje como iremos funcionar? Nós temos quatro pontos de pauta.
 82 Falaremos inicialmente do Marco Zero. O Marco Zero é um documento que estrutura esse trabalho que foi feito
 83 ao longo dos anos e traz os objetivos do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Segundo o documento, a avaliação
 84 do Sistema Estadual traz diretrizes e estratégias para o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos; e o
 85 terceiro: diretrizes e estratégias para aprimoramento dos instrumentos de gestão. São dois relatórios que
 86 compõem a fase de diagnóstico e prognóstico. E por último temos a apresentação do Plano de Ações e do Manual
 87 Operativo. Nós vamos entender um pouquinho de cada um desses instrumentos e de cada uma dessas
 88 ferramentas e dos relatórios. A Nádia vai fazer uma apresentação única de todos os pontos. Na pauta, tínhamos
 89 pontos de pauta separados, mas a participação vai ser de forma única. Abriremos para contribuições, sugestões,
 90 perguntas para Marco Zero, instrumentos de gestão e Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Faremos
 91 primeiro um diálogo sobre eles. Faremos uma pausa na reunião para poder fazer lá fora a oficina do Plano de
 92 Ação. Hoje é o momento construtivo. Então durante todas essas etapas, que a CTEP vem acompanhando o
 93 trabalho... Isso é importantíssimo reforçar também. Tivemos várias reuniões de oficinas, mas a CTEP, durante
 94 todos esses anos, vem acompanhando o trabalho. Já analisaram o Marco Zero, o relatório do sistema e o relatório
 95 dos instrumentos de gestão. Na próxima reunião levamos, já com a contribuição de vocês, o Plano de Ação e o
 96 Manual Operativo. Depois que tiver a apresentação, eu volto para falar um pouquinho como vai funcionar a

97 oficina. A ideia, não se preocupem, é que encerremos tudo até meio-dia. Eu vou passar para a Nádia, para ela
 98 poder fazer a apresentação. E na sequência abrimos para os questionamentos.” Nádia Santos/IGAM: “Bom dia a
 99 todos. Como o Allan falou, meu nome é Nádia, sou técnica da Geplan, trabalho junto com toda a equipe do IGAM
 100 na elaboração do Plano Estadual. Como o Marcelo falou, foi um desafio — decidimos fazer por conta própria —,
 101 mas também foi um processo muito rico, em que tivemos contato com a sociedade e muitos momentos de
 102 discussão. Então o resultado que estamos trazendo hoje é um processo de discussão muito longo, desde 2022. E
 103 hoje é mais uma etapa desse processo para discutirmos o Plano de Ação e o Manual Operativo. Então agradecer
 104 a presença de vocês e contar com a colaboração, mais uma vez, para termos um resultado que seja a cara do
 105 Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. O ponto forte desse plano foi a participação social. Nós
 106 tentamos trazer uma discussão ampla com os entes do Sistema, ouvi-los e incorporar o que foi discutido ao longo
 107 do processo nesse documento. Então nós tivemos a participação social como um pilar essencial; a avaliação
 108 documental. Entendemos que o Sisema já tem uma série de documentos que falam sobre a gestão de recursos
 109 hídricos, e esse conhecimento tinha de ser aproveitado nesse novo documento. E o planejamento estratégico,
 110 que é esse planejamento mais executivo, pensando como nós podemos, de fato, trazer um resultado para a
 111 sociedade. Na trajetória analítica, nós buscamos avaliar em que situação estamos hoje, quais são as lacunas, onde
 112 precisávamos aprimorar a gestão de recursos hídricos; e as diretrizes, que são o que vai nos guiar nos próximos
 113 anos e como transformar esse anseio da sociedade em diretriz e em ação. Então o processo de toda elaboração
 114 seguiu essa lógica, esse caminho. Inclusive, as oficinas foram muito focadas no sentido de como aprimorar. Não
 115 só falar o que está ruim, mas como podemos avançar nesse processo de gestão. Tem bases conceituais muito
 116 fortes, muito sólidas, nessa avaliação documental. Que são o próprio Plano Estadual, que foi publicado em 2011
 117 e já trazia um arcabouço muito importante em relação à gestão; nós temos o Plano Nacional de Recursos Hídricos,
 118 que traz as diretrizes macro para gestão no Brasil e a orientação para os Estados; nós temos todos os nossos
 119 Planos de Bacia Hidrográfica, que também precisam dialogar tanto com o Plano Nacional quanto com o Plano
 120 Estadual. O Plano Mineiro de Segurança Hídrica, que muitos de vocês devem ter acompanhado a sua elaboração,
 121 que também traz um plano de ação e um conhecimento muito grande em relação à situação das águas, de
 122 qualidade e quantidade. E nós temos outros instrumentos que também foram incorporados, como o Plano de
 123 Mudanças Climáticas, o PES, de Saneamento; e também os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Eu
 124 estou falando de alguns dos documentos. Tem mais informações que foram consideradas nesse processo, mas
 125 essa é a base essencial para a construção do Plano. Como o Allan falou, pensamos assim: ‘Cinco anos para elaborar
 126 o Plano?’ Não foram exatamente cinco anos escrevendo o Plano, mas foi um processo. O primeiro começou com
 127 a primeira avaliação do Plano de 2011, quando chegamos a um resultado de 33% das ações executadas, o que
 128 consideramos um valor muito baixo. Mas também na época não tínhamos indicadores de acompanhamento, o
 129 que fez com que tivéssemos uma certa dificuldade em estimar, de fato, o quanto tínhamos implementado daquele
 130 plano original. Então com essa base: precisamos rever o nosso Plano, porque sem esses indicadores de
 131 acompanhamento, sem atualizações das metas, ficava muito difícil permanecer nesse planejamento. Então nesse
 132 processo nós começamos a discutir a proposta com a sociedade de qual seria o conteúdo que seria incorporado
 133 nesse Plano. Fizemos uma segunda avaliação, em 2023, porque nesse processo já começamos a trabalhar com os
 134 atores estratégicos. Isso fez com que algumas ações que não tinham sido implementadas até então passassem a
 135 ser implementadas. O que nos levou a 57% de implementação em pouco tempo. Isso nos animou ainda mais a
 136 fazer esse processo todo de revisão. Então em 2023 nós elaboramos o Manual Operativo do plano antigo, vimos
 137 quais eram as ações ainda passíveis de implementação, construímos um novo manual operativo executivo para
 138 três anos. Então ele valeu de 23, 24 e 25. Pensando que já em 2026 teríamos um novo Plano de Ação, que a partir
 139 daí guiaria o nosso processo. Esse processo foi muito interessante, nos amadureceu e também os atores
 140 estratégicos para essa questão de acompanhar anualmente a evolução da implementação das ações. Durante
 141 todos esses processos, foram feitas várias oficinas. Nós tivemos a oficina 360, que todo mundo se avaliou e avaliou
 142 a atuação dos entes. Foi um crescimento muito importante ver cada ente reconhecendo onde precisaria melhorar
 143 e propondo ações. É interessante dizer que, embora o Plano de Ação esteja sendo consolidado e mostrado para
 144 vocês, já naquela época quando estávamos avaliando 360, estávamos pensando no que fazer para o futuro. Então
 145 as oficinas setoriais, que foram 11 oficinas, uma com cada setor estratégico, também nos guiaram para chegar a
 146 esse processo agora e discutir ação em movimento, que é essa ação que discutimos com todos os pares para
 147 chegar a um plano que todo mundo concorde. É importante destacar que as ações que nós vamos apresentar
 148 hoje têm um responsável, um indicador, um prazo muito claro, um recurso necessário para que você execute

149 aquela ação. Então nós pensamos assim: 'Não posso fazer uma ação para depois negociar. Vamos negociar antes
 150 de ter certeza que temos condição de fazer o que foi proposto.' Nós temos uma trajetória de várias reuniões,
 151 tanto com a CTEP quanto com o CERH para que construíssemos esse documento realmente de forma participativa.
 152 A CTEP foi o início de tudo. E 15/12/2022 foi quando batemos o martelo de que íamos fazer realmente essa
 153 revisão. E a primeira consulta pública, que fizemos de forma virtual, mostrando todos os temas que pensávamos
 154 em compor esse novo documento e que a sociedade foi legitimando e pedindo inclusão de novos temas. Então
 155 aqui também foi uma partida muito importante. E agora entramos de fato na estrutura do documento, como ele
 156 está organizado hoje e como trabalhamos cada um. Então hoje ele tem três volumes. O volume 1 é o Marco Zero.
 157 Ele traz essa trajetória de como o documento está estruturado. Como é uma composição de vários documentos,
 158 é importante para o leitor entender, já no início, como cada um se articula. O volume 2, que é o diagnóstico e
 159 prognóstico, que vou mostrar a estrutura daqui a pouco. E o Plano de Ação, que traz o horizonte 2026 a 2045.
 160 Então ele traz uma série de ações para todo esse horizonte de planejamento. E o Manual Operativo, que detalha
 161 as ações de curto prazo. Então de 2026 a 2030. A estrutura: os três volumes, sendo que o volume 2, que é o
 162 diagnóstico e o prognóstico, tem Diretriz Estratégica para o Gerenciamento de Recursos Hídricos, que é um
 163 relatório que vou apresentar na sequência; Diretriz Estratégica para o Aprimoramento de Instrumentos de Gestão;
 164 o Plano Mineiro de Segurança Hídrica, que traz uma base de estudos sobre hidrologia, qualidade e quantidade,
 165 voltado para a segurança hídrica; e o Panorama das Águas, que é um documento que os senhores conhecem, que
 166 é apresentado anualmente para o Conselho, que faz uma avaliação da gestão e da situação dos recursos hídricos
 167 no Estado; e o volume 3, como eu falei, o Plano de Ação e o Manual Operativo. O que o Relatório de Avaliação do
 168 SEGRH traz? Com base no que foi discutido em todas as oficinas, nós conseguimos agrupar os assuntos por tema.
 169 Então nós temos o primeiro tema mais indicado em todas as oficinas: a necessidade de fortalecimento dos entes
 170 do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos: IGAM, SEMAD, o próprio CERH, Comitês de Bacia.
 171 Essa necessidade de que, quanto mais nós temos instituições fortalecidas, melhor é a sua execução no âmbito do
 172 sistema. Apesar de ter a implementação dos instrumentos de gestão ou de grande parte dos instrumentos de
 173 gestão implementados, ainda precisam ser aprimorados. Isso foi uma questão bastante discutida. Então nós
 174 temos plano em todas as UPGRHs. Mas como podemos fazer esse plano ser mais executivo? Então são essas
 175 perguntas que tentamos responder durante todo esse processo. Outro tema muito importante é a avaliação da
 176 qualidade e da quantidade das águas. Então essa questão do monitoramento foi muito indicada, a questão da
 177 revitalização de bacias. Então nós temos uma série de informações para serem discutidas. Outro ponto, que foi
 178 um ponto de grande vulnerabilidade no Plano anterior, foi a questão da articulação entre políticas, que foi uma
 179 coisa bastante citada e que tentamos trazer para este Plano como um ponto chave: como fazer essa integração e
 180 que essa integração funcione de fato para que tenhamos um trabalho conjunto. Água não depende só do IGAM,
 181 depende de várias agendas que contribuem para a qualidade da água. E um ponto chave também, que é ponto
 182 sensível no outro relatório: não tínhamos uma estrutura de gerenciamento do próprio Plano, e isso fez com que
 183 o Plano fosse esquecido. As equipes foram mudando, as pessoas foram saindo, e o Plano ficou um pouco mais
 184 distante da realidade de todos os entes. Isso fez com que tivéssemos resultados na gestão de recursos hídricos,
 185 porque faz parte do nosso trabalho, mas não necessariamente que estava atrelado a uma indução do Plano
 186 Estadual, o que é um problema muito grande. No Relatório de Instrumentos de Gestão, foi feita uma avaliação de
 187 como os instrumentos estão hoje, mas também como precisamos caminhar nesse processo. Uma questão que foi
 188 muito indicada em todas as oficinas foi a questão, por exemplo, da outorga de lançamento de efluentes, que tem
 189 uma relação direta com a questão do enquadramento. Aqui nós trabalhamos com a equipe de uma forma, com
 190 enquadramento, conversou com outorga, conversou com o sistema de informação. Todas as nossas oficinas
 191 buscaram essa integração muito forte. Toda a equipe do IGAM teve um papel muito grande, porque eles se
 192 debruçaram mesmo em cima dessas discussões. Porque é assim que conseguimos avançar no processo. Então
 193 estou dando um exemplo. O relatório tem muito mais coisas, mas a questão da outorga de lançamento de efluente
 194 foi uma coisa que pegou muito. Depois de todo esse diagnóstico e prognóstico, entramos na estruturação do
 195 Plano de Ação e do Manual Operativo. Como foi feita essa estruturação? Primeiro, criamos um gancho direto com
 196 o Plano Nacional de Recursos Hídricos. Então hoje todo programa e subprograma do Plano Nacional de Recursos
 197 Hídricos tem uma correlação com o que se chama componente e programa. Quando eu falo, por exemplo, da
 198 outorga, que é o subprograma 2.1, tenho o programa 2.1, que é outorga, no Plano Estadual. Então nós buscamos
 199 essa correlação. O que nós temos de diferente? Nós temos componente e programa, o subprograma; e a ação é
 200 totalmente voltada para a realidade do Estado. Adotamos essa estrutura. É claro que todas as equipes avaliaram

201 tanto o que foi discutido nas reuniões com o que estava no Plano Nacional para poder criar o que está aqui. Para
 202 entenderem a dinâmica complexa do processo. Antes de as equipes começarem a se debruçar e trabalhar sobre
 203 esse conhecimento, nós fazíamos toda a discussão para eles do que as oficinas estavam trazendo. A todo
 204 momento, cada oficina nova que a realizávamos, as equipes recebiam esse feedback do que foi discutido e quais
 205 são os principais desafios que foram levantados. Então o Plano de Ação, como é estruturado hoje? Nós temos a
 206 ação objetiva, a descrição, o problema motivador. Porque estou fazendo uma avaliação para 20 anos: tenho que
 207 saber, daqui a 15 anos, o que nós pensamos lá atrás. Então tenho que saber qual é o objetivo, o que pensei na
 208 minha ação e qual é o problema motivador. Também temos que ter uma meta. Então eu vou fazer a
 209 implementação da outorga de lançamento de efluentes? Até quando? Então eu tenho que ter essa meta, em qual
 210 ano, qual é o horizonte. Eu tenho executor já definido, parceiros para aquela atividade já definidos, qual é o
 211 recurso e qual é a vinculação; se está vinculado a algum projeto ou a algum plano já existente e qual é o ODS que
 212 aquela ação vai atender, o que foi até um pedido da própria CTEP. Já tínhamos isso, mas não tão claramente na
 213 ficha. Então nós trouxemos a partir da última reunião. Com isso, como está hoje o Plano de Ação? Nós temos
 214 cinco componentes. Vocês vão ver que os componentes são diretamente ligados ao que a oficina indicou como
 215 pontos sensíveis, como os principais temas de gestão. Então nós temos fortalecimento do instrumento de gestão,
 216 quantidade e qualidade, integração com políticas públicas e o próprio gerenciamento do PERH. E nós tivemos 233
 217 ações definidas. Nas paredes, eu acho que vocês viram alguns papéis colados: são todas as ações por
 218 componentes que foram levantadas até agora. E essas de curto prazo, que são de 2026 a 2030. Elas seguem para
 219 a ficha do Manual Operativo. O que tem de diferente daquela ficha anterior para essa ficha? Ela tem todas as
 220 atividades que vão ser desenvolvidas para execução daquela ação, quais são os indicadores que vou utilizar para
 221 acompanhar e verificar se atingi ou não a meta. Então vai variar de zero, com ação não iniciada, até 1, com ação
 222 completamente concluída; e 0,25, 0,50 e 0,75 vão depender de cada ação proposta. Então eu tenho como
 223 acompanhar o que foi planejado a curto prazo e verificar o que de fato foi realizado. E nós vamos ter
 224 acompanhamentos anuais. Então isso facilita — se eu tiver algum problema, alguma dificuldade — estabelecer
 225 alguma solução de contorno para que aquela ação seja, de fato, realizada. Então o Manual Operativo, de forma
 226 geral, fala ação, atividade, quem é o responsável por cada uma das atividades, quando ela vai acontecer, como
 227 eu vou indicar que de fato ocorreu e quais foram os recursos necessários. Então, daquelas 233 ações que estavam
 228 previstas no Plano para o período de 20 anos, 149 estão no Manual Operativo. Ou seja, elas vão ser executadas
 229 de 2026 a 2030. Mas quando chegar 2030 o que fazemos? Nós vamos discutir o Manual Operativo com as outras
 230 ações que foram previstas. Então de 5 em 5 anos nós vamos revisitar, elaborar o manual com os seus indicadores
 231 e dar continuidade à execução do Plano. Então nós vamos ter vários momentos de discussão e não esperar 20
 232 anos para repensar o Plano novamente. Isso não significa mudar a ação; é continuar o que estava previsto no
 233 Plano de Ação. Então agradeço e fico à disposição.” Allan de Oliveira Mota/IGAM: “Agora abrimos para
 234 comentários e perguntas do Marco Zero, avaliação do SEGRH e avaliação dos instrumentos de gestão.”
 235 Conselheiro Valter Vilela Cunha/Abes: “Falar que eu li tudo... Não li. Passei os olhos. Tem duas coisas que me
 236 preocupa muito nesse sistema. Primeiro, nós temos de ter alguma ação, alguma coisa para fazer realmente a
 237 integração dos Comitês mineiros com os Comitês Federais. Exemplo: o Comitê do São Francisco, dentro do Estado
 238 de Minas, tem nove Comitês afluentes. Teríamos que ter uma ação para que esses Comitês tivessem uma
 239 integração. Realmente, integração. Porque, se não tiver integração, nós estamos com um ponto falho, não
 240 conseguimos atingir aquelas metas. Não sei o que vocês pensaram. Para mim, é um ponto fundamental a
 241 integração do subcomitê com o Comitê federal. E um outro ponto é que nós estamos fazendo o estudo de
 242 enquadramento do Velhas. E um ponto fundamental é outorga de lançamento. Nós só temos outorga de
 243 lançamento no ribeirão da Mata dentro de Minas Gerais. Já tem muitos anos como experiência. Então eu acho
 244 que é urgentíssimo definirmos critérios de outorga de lançamento. Porque o enquadramento sem critérios de
 245 outorga de lançamento de efluentes industriais e domésticos, eu acho capenga. Então eu gostaria só de deixar
 246 registrados esses dois pontos. Agora, para mim, o mais sensível chama-se integração dos comitês.” Allan de
 247 Oliveira Mota/IGAM: “Primeiro a integração. Ela começa pela consideração dos Planos Diretores de Recursos
 248 Hídricos, pelo Plano Nacional, pelos Planos Setoriais. Todos foram considerados dentro do trabalho. Ela começa
 249 desde o planejamento que já existe, inclusive, do próprio Plano Estadual vigente — que não podemos deixar de
 250 trabalhar também — até as orientações gerais que vêm do Plano Estadual. Quando nós mapeamos juntos com os
 251 Comitês, junto com cada ente, nós tentamos identificar justamente essas lacunas de integração também. Para
 252 cada um desses problemas apontados, nós tentamos identificar ações. Então eu vou pedir um olhar especial de

253 vocês. Quando for passar pelas ações, ver se as ações que foram propostas atendem. Se não atenderem, teremos
 254 a opção de fazer contribuições de propostas de novas ações também, que serão avaliadas. No caso da outorga de
 255 lançamento de efluentes, a equipe da Gerência de Regulação do IGAM já fez propostas de encaminhamento com
 256 esse trabalho. Então é a mesma coisa. Podem olhar as ações. Se considerarem que está suficiente para o trabalho
 257 proposto, ótimo, podem propor sugestões também ou novas ações. A outorga já vai estar bem elencada na parte
 258 de instrumentos de gestão. Só conferir se já atende ao solicitado.” Conselheiro Guilherme da Silva Oliveira/Faemg:
 259 “Primeiro, eu queria parabenizar toda a equipe do IGAM pela elaboração e essa decisão e a coragem de
 260 assumirem esse Plano. E realmente temos visto que a qualidade do Plano eu diria que é superior aos outros que
 261 vemos. Não falando que tem algum demérito, mas eu acho que vocês do IGAM têm maior compreensão das bases
 262 que vocês usam, o acesso melhor. E essa lida diária proporciona a vocês essa expertise. O Valter abordou parte
 263 da minha questão, mas eu tenho uma dúvida em relação ao Plano que é a seguinte: além dos outros setores que
 264 falamos aqui, os Comitês, dentro do Sistema Estadual, apesar de sabermos que várias secretarias de governo
 265 participam do Conselho, como isso foi tratado com outras secretarias? Porque esse Plano de Recurso Hídrico
 266 incide diretamente nas outras secretarias: Agricultura, Desenvolvimento e diversas outras; Educação, Saúde. Além
 267 dos conselheiros que estão aqui no Conselho, este Plano foi apresentado? Pegar o secretário e falar: ‘Isso aqui é
 268 importante para sua secretaria.’ ‘Governador, puxa a orelha desse cara aqui para ele dar uma olhada, dar uma
 269 analisada.’ Então eu queria saber como foi essa interação com outras secretarias, pela importância desse Plano
 270 que vemos aqui.” Nádia Santos/IGAM: “Além das setoriais — nós fomos pessoalmente em todos os gabinetes
 271 para conversar, convidar, explicar o que era o Plano —, nós ainda temos nesse Plano a inclusão de ações da Seapa
 272 que estão alinhadas a recursos hídricos, Defesa Civil, também ações que estão alinhadas à questão dos recursos
 273 hídricos. Também fizemos com a Agência Metropolitana; eles também inseriram ações. E tivemos também a
 274 conversa com a ARSAE. A ARSAE já tinha várias ações no âmbito do PMSH, que já tinha feito de forma conjunta,
 275 então não entrou diretamente com uma nova ação. Mas em todos esses outros foram incluídas ações. Voltadas
 276 — a Seapa, por exemplo — à recuperação de áreas degradadas, de estradas, barragem, se não me engano. Eu
 277 não vou lembrar porque foram muitas ações. Mas nós fizemos essa interlocução, além do convite para as
 278 consultas, todas as reuniões, oficinas. Então nós tentamos ser o mais amplo possível. É claro que temos nossas
 279 limitações de equipe, mas batemos em todos os gabinetes que foram possíveis. Até a articulação também do
 280 Marcelo nesse ponto para termos acesso a todos os gabinetes.” Allan de Oliveira Mota/IGAM: “A Nádia fez esse
 281 trabalho de conversar individualmente com cada uma delas. Nós tivemos até pessoas da própria Plenária que se
 282 colocaram à disposição também para nos ajudar. No Plano vigente, nós tínhamos uma ação que praticamente
 283 previa todas as competências da Seapa para a execução, mas sem estabelecer ações claras de execução. E foi
 284 muito bom esse contato com eles agora, porque conseguimos trazer os problemas que eles já executam para o
 285 olhar do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Ficou muito interessante, ficou muito bom. Nós tivemos uma
 286 abertura muito boa para trabalhar com todo mundo. Todos foram muito bem receptivos. Acho que isso ajudou
 287 demais. A Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana também. E nós temos um limite. Nós queremos
 288 continuar conversando com todo mundo, mas se formos fazer isso com todo mundo, agora, não encerramos e
 289 não temos uma versão para começar a trabalhar, de fato, a executar agora. Então tivemos um limite de tempo,
 290 até onde poderíamos ir, mas as ações gerais já preveem, e temos intenção de continuar esse diálogo com a
 291 Secretaria e as outras casas do próprio Sisema. Temos ações do IEF, da FEAM, da SEMAD. Tivemos o diálogo com
 292 a Arsa também. Então nós vamos continuar com esse trabalho para trazer mais ações. Foi uma preocupação
 293 nossa mesma. Inclusive, pedido de vocês também. Então é uma preocupação muito importante das políticas
 294 setoriais. E quanto ao trabalho desenvolvido eu queria só reforçar mais uma vez: a Nádia trabalhou intensamente
 295 para conseguir também desenvolver, mas eu quero reforçar a participação de todo mundo. Temos diretores,
 296 gerentes, analistas, uma representação de parte da equipe que trabalhou. Tivemos uma participação muito
 297 importante das Câmaras Técnicas do Conselho, da Plenária, dos demais entes, dos Comitês de Bacia que
 298 participaram, de uma forma muito positiva, de todas as oficinas que nós fizemos. E sempre reforçamos: esse
 299 Plano, só consegue chegar nessa qualidade que tem hoje pela participação de todos os entes do Sistema; senão
 300 não conseguiríamos.” Nádia Santos/IGAM: “Nós sabemos que nunca vai ser suficiente a mobilização, sempre
 301 temos que fazer mais. Então uma das ações que nós inserimos, principalmente na parte de executiva do PERH, foi
 302 um evento de integração setorial, que vamos fazer regularmente para cada vez mais conseguir trazer essa
 303 discussão. Já sabendo que não íamos conseguir a plenitude, da forma como gostaríamos, nós fizemos essa
 304 previsão para não ser uma coisa ‘terminou o Plano, acabou, não precisa integrar mais’. Nós entendemos que isso

305 é um processo. E com o processo tem essa ação para que façamos — eu não lembro direitinho se é de quatro em
 306 quatro anos ou se é de cinco em cinco anos — esse evento maior. Mas temos durante também todo o processo.”
 307 Conselheiro José Nelson de Almeida Machado/Abes: “Um dos Planos de Recurso Hídrico elaborados há alguns
 308 anos mostrava que, quando pensamos em revitalização de bacias hidrográficas, sempre se pensa em vegetação,
 309 erosões, barraginhas e tal. Sendo que saneamento — o serviço de saneamento é saneamento de esgoto e lixo —
 310 representava por volta de 80% dos recursos necessários à revitalização. Pelo que eu vi, no orçamento colocado
 311 no Plano Estadual de Recursos Hídricos para esse período analisado, que termina em 2045, estão previstos R\$ 9,8
 312 bilhões. Vocês fizeram um comparativo de quanto o saneamento representou? Porque o saneamento é
 313 importante ter uma ação específica das operadoras. Não necessariamente é uma ação direta, por exemplo, dos
 314 outros órgãos do Estado. Então eu queria ver se vocês têm algum comparativo nessa linha.” Allan de Oliveira
 315 Mota/IGAM: “São R\$ 9 bilhões para implementarmos o Plano Estadual de Recursos Hídricos. E chegou a esse valor
 316 justamente pelas ações de saneamento. Nós fizemos um mapeamento. Então nós temos um número de ações e
 317 um valor estimado de R\$ 9 bilhões. Acho que 98%. Mais de 90% do recurso é o recurso do saneamento, que são
 318 as ações já previstas. Importantíssimo: não é um número simplesmente que tiramos quanto que precisa para o
 319 saneamento, são ações já previstas para serem trabalhadas pela SEMAD, com as suas diretorias. No relatório do
 320 Plano de Ação mesmo, que já foi encaminhado, nós colocamos um capítulo em que detalhamos esse orçamento
 321 e discutimos, justamente, esse ponto, que foi algo que observamos e quisemos trazer mais detalhado. Temos dois
 322 gráficos que mostram a relação desse recurso, considerando todo o recurso do saneamento; e um outro gráfico
 323 em que tiramos o recurso do saneamento para que vocês possam ter uma referência melhor dos outros
 324 componentes, qual o valor destinado a cada um deles. Ótima pergunta: é um valor alto mesmo que é necessário
 325 para o saneamento e já vem de ações previstas pela SEMAD. Por isso chegou a um valor tão alto do Plano Estadual.
 326 Nós tentávamos evitar nos Planos Diretores de Recursos Hídricos valores exorbitantes, que tentavam resolver o
 327 mundo, resolver todos os problemas que temos. Isso nós tentamos evitar nos Planos Diretores. Então hoje no
 328 Plano Estadual o que entrou de ações, principalmente se falamos de Manual Operativo, são ações já previstas, já
 329 pactuadas e já com o recurso estimado para ser executado.” Nádia Santos/IGAM: “As ações que estavam no Plano
 330 de Ação do Plano Mineiro incorporam o Plano Estadual. Então vocês vão ver que elas estão ali até com o símbolo
 331 do PMSH, para deixar bem claro que são ações que vieram de lá. Grande parte das ações que estão lá depende
 332 de um executor, e, com isso, o valor dessas ações para a implementação não está incluído nesses R\$ 9 bilhões. Só
 333 para vocês entenderem que tem parte da ação que só vamos conseguir executar quando tivermos o executor. Aí
 334 sim vamos ter o valor. Grande parte das ações são ações que serão executadas pelas equipes que estão aqui,
 335 então é até difícil estimar quanto gastaríamos. Se você me pensasse hoje ‘quanto que vocês gastaram para fazer
 336 o Plano Estadual’: ‘Não sei’. Não conseguimos chegar a um valor. Diferente de uma contratação, por exemplo.
 337 Então só deixar bem claro que as ações do PMSH não estão aqui todas com valor. Só para vocês saberem.”
 338 Conselheiro Luiz Antônio Garcia/Prefeitura Municipal de Mantena: “Quais medidas concretas o novo Plano, de
 339 2026 e 2045, estabelecerá para fortalecer institucional, técnica e financeiramente os Comitês de Bacia, garantido
 340 que eles tenham condições reais de participar das decisões e acompanhar as execuções das políticas públicas de
 341 recursos hídricos? Os Comitês serão consultados durante a construção do Plano ou terão participação
 342 permanente no acompanhamento, avaliação e eventual revisão das metas durante os próximos 20 anos?” Allan
 343 de Oliveira Mota/IGAM: “Com certeza. Assim como eu comentei que nós já tivemos várias reuniões com os
 344 Comitês de Bacia, eu gosto muito de lembrar dessa oficina que sempre fazemos, que temos condições de trazer
 345 muita gente dos Comitês; tem várias representações. Então já começou assim, pela participação na construção.
 346 Nas ações, vocês vão ver que há previsão, e claro que precisamos disso, que os Comitês continuem trabalhando
 347 nas revisões. O Manual Operativo tem cinco anos. Quando estiver perto de terminar, vamos ter que revisar, fazer
 348 um novo Manual Operativo e continuar assim. Tem que ter a participação de todos os Comitês. Eu acho que nem
 349 faz sentido para nós fazer todo esse trabalho se não incorporar os Comitês na discussão.” Conselheiro Luiz Antônio
 350 Garcia/Prefeitura Municipal de Mantena: “Os CBHs terão garantia de terem protagonismo na gestão
 351 descentralizada e participativa, e não apenas instância consultiva?” Allan de Oliveira Mota/IGAM: “Nós
 352 esperamos muito que os Comitês consigam trazer esse retorno. Por mais que hoje, falando dentro do processo
 353 do Plano Estadual, tentamos criar os espaços, ainda recebemos pouca participação. Então no que depender de
 354 nós vamos sempre criar o espaço para que os Comitês tenham o seu protagonismo. Mas precisamos — e eu peço
 355 até ajuda de vocês nisso — que os Comitês também queiram participar. Infelizmente, temos pouquíssimas
 356 pessoas que contribuem. Então eu acho que seria muito bom se as pessoas aproveitassem mais esse espaço.”

357 Conselheiro Luiz Antônio Garcia/Prefeitura Municipal de Mantena: “Não posso concordar quando você diz que,
 358 infelizmente, os Comitês parecem que não querem.” Allan de Oliveira Mota/IGAM: “Não todos. Vou te dar um
 359 exemplo. Nós temos 2.100 conselheiros, mais ou menos. Em um dos formulários que nós fizemos durante esse
 360 processo, nós recebemos quantas contribuições? Nós tivemos uma oficina que foi aberta — depois mudamos o
 361 foco para fazer setorial — e teve uma oficina, que teve convite específico para Comitê de Bacia, para pessoas dos
 362 Comitês, que nós tivemos seis participações de 2.100 conselheiros. É lógico que não paramos aí, buscamos nos
 363 adequar para ter mais acesso. Temos ótimas participações, muito boas, mas está muito longe de todas essas
 364 participações, esse corpo que nós temos de conhecimento, de participar. Nós não temos essa contribuição de
 365 2.100 conselheiros.” Conselheiro Luiz Antônio Garcia/Prefeitura Municipal de Mantena: “Talvez teremos que ter
 366 incentivo de ambas as partes nisso. Obrigado pelas respostas.” Nádia Santos/IGAM: “Só complementando, se
 367 pegarmos o componente 1, que é fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos,
 368 tem um grupo de ações para todos os entes. Então nós temos ações específicas para o IGAM, para a SEMAD,
 369 incluindo para os Comitês de Bacia. Então a equipe da Lourdes eu acho que todos vocês conhecem, juntamente
 370 com tudo o que foi discutido em todas as oficinas, criou as ações. Se você for no componente 1, vai ver o que tem
 371 para fortalecer essa atuação dos Comitês de Bacia. Então é bom que vocês olhem e contribuam. Às vezes podem
 372 ter um olhar ampliado do que podemos fazer mais, mas todas as ações foram voltadas para o aprimoramento da
 373 gestão. E lembrando, como o Allan falou, a última reunião que nós tivemos, em Vitória, se não me engano, do
 374 Encob, nós fizemos junto com os Comitês o pontapé do Plano. Vocês estavam lá. Nós fizemos aquela atividade
 375 gamificada, em que o resultado era a proposta dos Comitês em relação a ações que deveriam ser incorporadas
 376 no Plano. Então todo esse processo está aqui, tem a cara de vocês também. Todo mundo que acompanhou sabe
 377 o quanto vimos tentando. Mas eu entendo que é um processo. Agora é a gente se envolver. Quando eu falo ‘a
 378 gente’, Conselho, CBH, as outras entidades do CERH, porque quem faz o Plano rodar somos nós; nunca vai ser só
 379 o IGAM.” Allan de Oliveira Mota/IGAM: “Foi um processo que foi melhorando muito. Essas reuniões presenciais,
 380 eu acho que ajudaram muito. Só um reforço: quando eu digo dessa baixa participação, não é uma crítica aos
 381 Comitês. É o contrário. Nós temos hoje os indicadores de suporte e gestão que, dentro dos indicadores que são
 382 um conjunto de 36, nós temos 15 para avaliar critérios relacionados a Comitês de Bacia. É justamente para
 383 identificar o que precisamos fortalecer. É o contrário. Assim como o primeiro ponto foi encontrar os desafios e as
 384 lacunas, precisamos conhecer para depois buscar fortalecer. Não é uma crítica aos Comitês, pelo contrário.”
 385 Conselheiro Gustavo Alvarenga Rodrigues/Prefeitura de Lavras: “Eu atuo na direção do Comitê de Integração
 386 Minas São Paulo (CBH Grande), sou membro efetivo da Prefeitura de Lavras e também estou como presidente do
 387 CBH Nascentes do Rio Grande. Como disse o colega ali, saneamento é prioridade; isso é um fato. E essas reuniões
 388 específicas dos Comitês, inclusive, com relação ao enquadramento, têm que ser feitas nas reuniões ordinárias;
 389 não em um evento como o Encob... E sim nas reuniões ordinárias. E, diga-se de passagem, nós, na cabeceira do
 390 Rio Grande, somos 65 municípios. E nós estamos tendo quórum regulamentar no Nascentes do Rio Grande desde
 391 antes da unificação GD1, GD2. Agora nós temos o levantamento desses 65 municípios, de coleta e tratamento.
 392 Coleta nós temos, tratamento, realmente, é um percentual mínimo de municípios. Nós estamos falando, talvez,
 393 da Circunscrição que produz o maior volume de água na bacia do Rio Grande: GD1 e GD2. Nós abastecemos a
 394 hidrelétrica de Itutinga, Camargos, Funil, Furnas. Inclusive, a maior contribuição em água no reservatório de
 395 Furnas é o Nascentes. E a curiosidade fica que seria interessante começar a tratar a bacia do alto curso para o
 396 baixo curso. Por que isso? Porque a água tem uma propriedade de dissolução e solubilidade. Se você tem um
 397 volume de entrada contaminado, não vai conseguir beneficiar toda a bacia. Se você tem um volume de entrada
 398 de boa qualidade, você beneficia toda a bacia. Então essa situação de atuar de alto curso para baixo curso é
 399 realmente uma postura a se pensar. Repetindo, dos 65 municípios que temos na cabeceira, o percentual de
 400 tratamento, vamos colocar que seja 15%, sendo otimista. Outra coisa: uma coisa que eu noto e que sinto ausência
 401 nesse ambiente de Comitê são os dados atualizados do IBGE. Por que isso? Porque os cálculos de enquadramento,
 402 os cálculos de abastecimento e os cálculos de produção de efluente... Eu vou repetir, porque errei a palavra.
 403 Cálculos de abastecimento e cálculos de produção de efluente, nós precisamos desses números, contingente
 404 populacional. Isso é muito pouco falado, muito pouco colocado. A atualização desses dados, nós sentimos falta
 405 disso. Inclusive, tem o FPM, Fundo de Participação Municipal, que depende desses números. Então para os
 406 Comitês de Bacia os dados do IBGE realmente são fundamentais. Outra coisa. A ocupação do território passa
 407 direta ou indiretamente pelas prefeituras e conselhos. Portanto, acredito que o segmento poder público
 408 municipal pode ser fundamental para o equilíbrio na bacia. E só para concluir sinto falta dos dados atualizados do

409 IBGE. Obrigado.” Allan de Oliveira Mota/IGAM: “Vou comentar um pouquinho primeiro sobre esse trabalho de
 410 começar do alto para o baixo. Nós temos um exemplo muito bom do que é feito hoje no São Francisco. Por
 411 exemplo, o Comitê federal vem custeando e pagando pelos enquadramentos de corpos de água. Começou no
 412 Alto de São Francisco e vem fazendo. Estamos terminando agora este ano, chegando ao SF10 semana que vem.
 413 Inclusive, temos a reunião final de aprovação do enquadramento. Então passamos por toda a bacia. Agora temos
 414 um novo contrato sendo conduzido pela Peixe Vivo, em que trabalharemos de forma conjunta o Plano Integrado
 415 do São Francisco e todas as mais de 30 bacias que contemplam todo o território. E onde não se tem
 416 enquadramento vai ser feito agora. A mesma coisa, se não tem plano, vai ser feito. Então foi uma visão que o
 417 Comitê Federal do São Francisco já veio trazendo e investindo dessa forma. Então já é algo que vem acontecendo,
 418 e acredito que está no radar mesmo. Nós temos uma dificuldade de conseguir fazer individualmente em todas
 419 elas, mas até fazemos essa discussão dos Planos Diretores de Recursos Hídricos por Circunscrição. E uma forma
 420 de trabalhar, trazendo todo mundo para falar sobre o mesmo assunto e a representação de todos os Comitês em
 421 um evento único, isso eu acho que ajudou muito, até o crescimento em conjunto e um alinhamento da visão como
 422 um todo da necessidade. Não tiro a razão ou a importância desse diálogo, acho que é importantíssimo
 423 individualmente, mas acho que esses eventos também em conjunto foram muito bons.” Conselheiro Gustavo
 424 Alvarenga Rodrigues/Prefeitura de Lavras: “Eu concordo, mas as características de cada Circunscrição são muito
 425 diferentes. A distribuição do território, da população do território é diferente, o volume de água produzido é
 426 diferente. A Circunscrição a montante tem que se preocupar com a água que deixa para a Circunscrição a jusante.
 427 E a curiosidade fica que abastecimento e produção de efluentes são ligados diretamente ao crescimento
 428 populacional, e nós não temos esses dados atualizados.” Allan de Oliveira Mota/IGAM: “Eu ia chegar a um ponto
 429 final, que são esses dados. Eles foram atualizados e vêm do Plano Mineiro de Segurança Hídrica, que faz parte do
 430 Plano Estadual de Recursos Hídricos também. Tanto a atualização das informações como a identificação das áreas
 431 que vão ser prioritárias, para avançar no saneamento. Então foi feito dentro do Plano Mineiro. Inclusive, esses
 432 diálogos regionais também foram feitos dentro do Plano Mineiro, que faz parte do Plano Estadual. É importante
 433 que tenhamos essa visão do conjunto, porque não podemos ter dois planejamentos. Se é para gestão de recursos
 434 hídricos dentro do mesmo Estado, nós estamos falando da mesma coisa. Então eles se complementaram. E esse
 435 detalhamento desses dados está dentro do Plano Mineiro de Segurança Hídrica.” Conselheiro Gustavo Alvarenga
 436 Rodrigues/Prefeitura de Lavras: “Eu, inclusive, recebi uma cópia impressa e queria agradecer a equipe de vocês.
 437 Recebi a cópia impressa e estou lendo. Só para concluir, parabéns pelo trabalho de vocês do IGAM. Nós vemos
 438 muita qualidade, muita boa vontade e estamos aí para contribuir.” Allan de Oliveira Mota/IGAM: “Obrigado,
 439 Gustavo. Mais alguém ou podemos seguir?” Géssica Pereira Santana/Prefeitura de Taiobeiras: “Como técnica do
 440 município de Taiobeiras, assim de forma micro, entendo que é um trabalho gigantesco de vocês. Gostaria de
 441 parabenizar o trabalho; foi muito bem feito. Eu não sei se todos os técnicos estão aqui, mas o pessoal que
 442 escreveu, que teve o talento de formatar: até o jeito que entrega a escrita faz diferença para acompanharmos o
 443 trabalho no futuro. Então eu acho importante, como membro do Conselho, reconhecer esse trabalho. Eu sei que
 444 é difícil, quando estamos no executivo, é um contexto, tem que atender a, b, c, se preocupar com recurso
 445 financeiro, com recursos técnicos; se tenho pessoal, se tenho gente para trabalhar; se as outras secretarias vão
 446 nos ajudar a cumprir; se os Comitês, as Bacias, se estão todos por dentro, se está todo mundo querendo ajudar
 447 ou não. Eu sei que é muito complicado. Parabenizo mesmo de todo coração. Eu sei que muita gente vai ter o
 448 acesso. E peço que os colegas aqui entendam, mobilização social é difícil em qualquer lugar. Eu sei que aqui o
 449 Plano de Ação Climática de Belo Horizonte fez diversas oficinas, e teve uma oficina em que só uma pessoa
 450 apareceu. Em uma capacitação que tivemos aqui em BH, foram duas pessoas, apareceram dois cidadãos. Mas é
 451 difícil. Inclusive, alguns conselheiros cobraram aqui a participação dos Comitês, cobraram a participação dos
 452 próprios conselheiros. Agora, você imagina, o Plano está sendo elaborado há cinco anos, e eu pergunto quantos
 453 de nós dedicaram tempo para estar lendo, para estar entendendo. Inclusive, eu vi em alguns comentários aqui, e
 454 concordo, que nem entendem sequer a dinâmica do processo de hoje e entendem que algumas sugestões que
 455 têm para fazer para o Plano vão ser discutidas. Nós vamos participar ali. Agora, efetivo, eu vou dizer para você
 456 que precisa fazer isso, aquilo, não vai fazer diferença agora. Então não tiveram às vezes nem a preocupação de
 457 dar aquela lidinha e de entender como é que funciona a estrutura de um planejamento desse, de um instrumento
 458 de gestão como esse. Muito obrigada. Agradeço aos técnicos de vocês. Quem trabalha na ponta sabe que sim, é
 459 apertado, é doído, e mexer com gente, discutir coisas não é fácil. E nós, por outro lado, vocês sabem, temos que
 460 cobrar, sabem que é difícil estar do outro lado aí. Mas o que tem que ser feito precisa ser feito, e o que precisa

461 ser cobrado tem que ser cobrado. Infelizmente, é difícil do outro lado aí, mas tem que cobrar. Então é justa a
 462 cobrança aqui dos colegas. Inclusive, tiveram muitas colocações bacanas na última reunião do Conselho, não em
 463 relação ao Plano de Recursos Hídricos, mas que acho extremamente bem contextualizadas. Parabéns.” Allan de
 464 Oliveira Mota/IGAM: “Nós agradecemos pelas participações. Esses questionamentos e as contribuições que vocês
 465 trazem são o que melhora o produto. Não adianta nada trazermos algo aqui só para formalizar uma entrega. Pelo
 466 contrário, nós queremos mesmo a participação de vocês. E sempre falamos: o planejamento é na bacia, mas a
 467 implementação é no município. Então esse reforço que o Gustavo traz, o Luiz, como representação municipal
 468 também, nós queremos muito a presença de vocês. Tem também um dos indicadores do suporte à gestão que
 469 justamente avalia a participação dos municípios nos Comitês, para entendermos como podemos aprimorar esse
 470 processo. Muito obrigado pelas contribuições. Vamos passar para a oficina.” Conselheiro José Nelson de Almeida
 471 Machado/Abes: “Muito obrigado, Gustavo, uma excelente intervenção. Só para dar informação para os Comitês.
 472 Eu poderia até falar em particular para o Gustavo, mas acho importante a informação para todo mundo. O setor
 473 de saneamento tem metas já legais que em 2033 nós temos que ter 99% de abastecimento de água e 90% de
 474 atendimento de esgoto em ciclo completo. Então, em tese, esses dois segmentos estariam já contemplados, já
 475 resolvidos no Plano Estadual. Só que, com relação às informações, inclusive do IBGE, existe o Sistema Nacional de
 476 Informações sobre Saneamento, acessível na internet. A última edição é de 2024. Então tem todos os dados do
 477 Brasil inteiro, de todo o sistema de abastecimento de água. Eu gostaria de ressaltar outra coisa também aqui:
 478 terça-feira agora, teve uma reunião do TCE sobre a questão dessa nova privatização da Copasa. A Copasa tem
 479 hoje 630 concessões, e em 273 dessas concessões não está contemplado o esgoto. Está sem informação concreta
 480 sobre isso. Não se cobra, não tem tratamento, é um desconhecido. Mas é uma situação. E por que o esgoto não
 481 avança tanto no Brasil? Porque a população não quer, não quer pagar. Quando você tem um sistema de
 482 abastecimento de água e não tem o de esgoto, no dia que for implantar o de esgoto, a tarifa vai aumentar 80%. E
 483 aí cria um problema, a adesão fica muito baixa. Então é um problema que nós, da gestão de recursos hídricos,
 484 temos que contemplar também como ação educacional, inclusive.” Allan de Oliveira Mota/IGAM: “Muito
 485 obrigado. Perfeito. Só comentar, Jéssica, você comentou da estrutura dos documentos, do layout. Nós temos uma
 486 equipe de diagramação muito grande, é ‘muita gente’. A equipe de diagramação está ali, redação, correção; está
 487 tudo ali. Pessoal, então vamos partir para a oficina agora. Aqui nós temos os cinco componentes do Plano Estadual
 488 de Recursos Hídricos. Então lá fora nós teremos cinco estações; uma por componente. Em cada uma das estações,
 489 nós temos coladas na parede todas as ações daquele componente, do Plano de Ação. As ações que estão na
 490 parede são do Plano de Ação. Do lado da estação tem uma mesinha, em que nós temos um encarte com todas as
 491 ações do Manual Operativo para esse componente. Reforçando: o que é o Manual Operativo? Manual Operativo
 492 é uma ferramenta que a Agência Nacional de Águas começou a colocar, a trazer no Plano do Doce — que foi um
 493 dos primeiros —, no Paraíba do Sul; a trazer para o Plano Diretor de Recursos Hídricos e o Plano Integrado para
 494 melhorar a forma de executar e aumentar o grau de implementação desses Planos. Então nós fizemos o nosso
 495 aqui. O Manual Operativo é um recorte de curto prazo, nesse caso 2026 a 2030, e só entram ações pactuadas. Se
 496 elas estão lá é porque o ente já disse que vai executar e já tem uma previsão orçamentária. Então 149 ações. Essa
 497 é a diferença. Então olhando a parede, ficou às vezes com dúvida do que exatamente está naquela ação, quer ver
 498 um maior detalhamento? Pega o encarte que está em cima da mesa, que lá vai ter a ficha do Manual Operativo,
 499 que é mais detalhado. São cinco estações. Qual é a ordem que vocês vão fazer? Vocês receberam aqui o nosso
 500 passaporte do Plano Estadual. Aqui tem escrito o fluxo e o nome da cor, logo abaixo do título. Esse aqui, por
 501 exemplo, que está na minha mão, estação 5, depois a 1, depois a 2, depois a 3, depois a 4. Então em cada um
 502 desses papeizinhos vocês têm a ordem para passar. Isso é só para facilitar, para não chegar todo mundo na mesma
 503 estação. Então conseguimos distribuir. Quatro estações estão aqui pertinho, e tem uma estação lá no final, perto
 504 da biblioteca, na parede vermelha. Daqui vocês vão vê-la lá na frente. Vou caminhar um pouquinho, cheguei à
 505 estação, vou olhar as ações. Quando eu terminar, eu vou carimbar. Tem um carimbinho em cima da mesa. Vocês
 506 vão carimbar na estação que vocês já passaram. Qual vai ser o formato de incluir as contribuições de vocês? Ao
 507 lado da estação tem um QR Code com um formulário que vocês podem acessar pelo celular. Vai pedir o nome de
 508 vocês e contato, só porque se tiver alguma dúvida, depois, podemos entrar em contato. E a primeira pergunta é
 509 se vocês querem fazer um ajuste em uma ação já presente ou propor uma nova ação. Se for no ajuste, vai pedir
 510 para informar o que vocês acham que deve melhorar na ação. Se for uma nova ação, vem com todas aquelas
 511 informações da ficha do Manual Operativo. É importante preencher para que saibamos exatamente qual é a
 512 proposta, qual é a intenção. Se tiver alguma dúvida, pode chamar um de nós, que ajudamos também nesse

513 caminho. Tem que usar o formulário para cada ação que for propor ou para cada ação que for solicitar um ajuste.
 514 Alguma dúvida sobre o processo da oficina? Não. Deixa eu só confirmar o horário: 10h44. Então eu vou pedir para
 515 vocês usarem 1 hora para fazer esse ciclo nas oficinas. Então foquem nas ações, nas fichas para olhar. E 11h45
 516 todo mundo aqui no auditório para fazermos o arremate de algumas falas que vocês queiram trazer para nós de
 517 pontos mais importantes e terminar a reunião. Porque estamos fazendo uma pausa.” Conselheira Maria
 518 Aparecida Borges Pimentel Vargas/Abragel: “Eu não sei se é pergunta ou se já é pedido. Como sabemos que são
 519 muitas ações, como o Valter falou, eu também passei os olhos, não consegui ler tudo. E é muito importante, é um
 520 momento muito decisivo. Eu queria saber se esse QR Code, esse questionário, vocês não dariam um prazo para
 521 que pudéssemos retornar. Nós faríamos toda a metodologia hoje aqui, até nos ajudaria para já poder estar
 522 adiantando para olhar, mas que pudéssemos ter um prazo para estar encaminhando.” Allan de Oliveira
 523 Mota/IGAM: “Na volta, falamos a data certinha, mas podemos disponibilizar o link, a intenção é que vocês tenham
 524 alguns dias. O documento já foi, todo mundo já recebeu, então, se não der tempo de passar aqui todas as ações...
 525 Mas tentem usar o máximo possível desse tempo aqui hoje, até porque depois vamos ter um período pequeno
 526 para ajustes de todas as informações, para poder dar encaminhamento junto à CTEP e novamente depois junto
 527 ao Plenário. Então tentem aproveitar o máximo possível o dia de hoje também. Sabemos que depois que sai daqui
 528 também é corrido para todo mundo.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Eu suspendo formalmente a reunião por
 529 1 hora, para a oficina, e retornamos para continuação da nossa reunião.” Retorno da reunião, após a realização
 530 da oficina. Allan de Oliveira Mota/IGAM: “Tempo para encaminhar as contribuições: do dia 24 ao dia 28, de
 531 segunda a sexta. Nós encaminharemos no e-mail de vocês o formulário, aquele mesmo link. Já foram
 532 encaminhados o Manual Operativo e o Plano de Ação. Então vocês podem observar as informações e fazer
 533 sugestões de contribuição. Alguma pergunta? Sexta-feira da semana que vem, dia 28. Eu vou conferir se
 534 conseguimos ajustar. Se for possível, ajustamos antes de encaminhar. Mais alguma pergunta? Encerramos então
 535 o ponto de pauta do Plano de Ação e do Manual Operativo. Só agradecer muito a participação de vocês, as
 536 colaborações. Nós nos mantemos à disposição caso queiram conversar ou tratar de algum ponto. Esse é o de
 537 vocês, podem guardar como lembrança do trabalho de vocês no Plano Estadual, emoldurar, colocar na parede do
 538 escritório...” Maria de Lourdes Pereira dos Santos/Ibram: “Há um interesse de integração com os setores usuários.
 539 Pelo menos, eu estava conversando com o Guilherme e com a Patrícia, Faemg, Fiemg, e o Ibram tem interesse
 540 nessa integração, nessa troca de sugestões. Caso haja alguma coisa a mais, nós conseguimos mandar para vocês?”
 541 Allan de Oliveira Mota/IGAM: “Vocês fazem parte da CTEP também. Se por um acaso não der tempo de fazer essa
 542 contribuição para sexta-feira, se vocês precisarem reunir as instituições, podem levar a contribuição na CTEP, no
 543 dia 8. Mas façam um esforçozinho para tentar fechar a versão na CTEP, porque da CTEP já vem novamente para
 544 o Plenário para finalizar o Plano Estadual.” Jadir Silva de Oliveira/Siamig: “Eu estava focando na segurança de
 545 barragens, e no caso de segurança de barragens eu não sei se vai ser nesse Plano, se vai ter alguma coisa falando
 546 da questão de caução, pagamento de caução, dependendo do tamanho da barragem e da utilização da barragem.
 547 Quando você destina uma barragem de água para irrigação, você não tem caução, mas, se na mesma barragem
 548 de irrigação você puxar 1 m³ para uso na indústria — pode ser até para o pessoal beber essa água —, você tem
 549 que pagar caução. Então eu não sei se é dentro desse Plano de Segurança que podemos dar um ajuste nessa
 550 inquietude que toda a indústria tem.” Allan de Oliveira Mota/IGAM: “Como é um ponto mais específico, eu acho
 551 que não vai estar dentro das ações que já temos. Mas mande como comentário, sugestão, que vemos se seria
 552 aqui o espaço para fazer essa inclusão. Então fica combinado, até dia 28. O que já conseguir, podem ir mandando
 553 para termos mais tempo para trabalhar na ação e colocar no Plano. Porque se chegar muita coisa na sexta-feira
 554 há pouquíssimo tempo para adequar e mandar para a CTEP. E queremos ter um tempo maior para mandar para
 555 a CTEP, para que também possam analisar com calma. Se não, fica muito curto. Mais algum ponto? Muito
 556 obrigado, então, pela dedicação, pelo apoio de vocês.”

7) RELATÓRIO DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS PARA APRIMORAMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS 2026/2045. Responsável: Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos (GPLAN/IGAM). Apresentação e discussão registradas no item 6, em razão da apreciação conjunta dos itens 6, 7, 8 e 9.

8) RELATÓRIO DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS PARA APRIMORAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS 2026/2045. Responsável: Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos (GPLAN/IGAM). Apresentação e discussão registradas no item 6, em razão da apreciação conjunta dos itens 6, 7, 8 e 9.

9) PLANO DE AÇÕES E MANUAL OPERATIVO DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS 2026-2045. Responsável:

565 **Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos (GPLAN/IGAM).** Apresentação e discussão registradas no item
566 6, em razão da apreciação conjunta dos itens 6, 7, 8 e 9. **10) ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Marcelo da Fonseca:
567 “Nós estamos tendo aqui, acho que todos viram, uma exposição. Convidar a todos para participar. Nós vamos ter
568 as nossas duas próximas reuniões: da CTEP, dia 8, que também o assunto vai ser exatamente a continuidade da
569 reunião, das discussões do Plano, já incorporadas as contribuições de vocês; e no dia 29 vai ser a nossa próxima
570 reunião do Plenário, para a aprovação do Plano. Vai substituir a do dia 16. Pelo nosso Regimento Interno, quem
571 delibera as Deliberações Normativas é a CNR; e por ter o Plano uma relevância grande, achamos que quem deveria
572 manifestar e deliberar sobre o Plano é o Plenário. Então eu queria propor a vocês, conselheiros, que avoquemos
573 a competência da CNR para deliberação do Plano na nossa próxima reunião. Alguma objeção dos senhores
574 conselheiros? Então fica aprovada a avocação de competência para o Plenário deliberar sobre o Plano Estadual
575 de Recursos Hídricos.” **11) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente
576 Marcelo da Fonseca agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

577
578
579
580
581
582

APROVAÇÃO DA ATA

Marcelo da Fonseca
Presidente suplente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos